



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

MENSAGEM Nº 42 /GG

LIDO NO EXPEDIENTE

Teresina(PI), 17 de dezembro de 2010

Em, 03/02/2011

Silvio Novo

1º Secretário

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a V. Ex.^a que, nos termos do art. 78, § 1º, da Constituição Estadual, resolvi vetar parcialmente o Projeto de Lei Complementar que "Altera a Lei Complementar nº 12, de 18 de dezembro de 1993, que estabelece as normas de organização e funcionamento do Ministério Público do Estado do Piauí e dá outras providências".

O veto incide sobre as alterações propostas aos §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei Complementar nº 12/1993, assim redigidos:

"Art. 86. (...)

§ 2º As substituições previstas neste artigo serão remuneradas através de gratificação de 15% (quinze por cento) do subsídio mensal do membro do Ministério Público substituído.

§ 3º O membro do Ministério Público designado para substituir mais de uma Promotoria de Justiça terá direito ao acréscimo de 5% (cinco por cento) na gratificação do parágrafo anterior por Promotoria de Justiça adicional, até o limite de 03 (três) substituições."

Considerando que aquelas normas estão interligadas e que as razões de veto de uma e de outra possuem idêntica fundamentação, apresento-as conjuntamente.

RAZÕES DO VETO

O dispositivo em questão padece de inconstitucionalidade material e afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A **inconstitucionalidade material** decorre da ausência de prévia dotação orçamentária para suportar o aumento da despesa proporcionada pelas alterações propostas, contrariando a Constituição Federal, art. 169, § 1º, I.

Excelentíssimo Senhor
Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO
Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí
NESTA CAPITAL

TC 024 SEN A - PI, 17.12.2010
Raimundo Marlon Reis de Freitas
Secretário Geral da Mesa



**Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak**

A violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, por sua vez, especialmente no art. 16, I e II, exige que o aumento de despesa deva ser acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e, também, de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias. Essas exigências também restaram descumpridas.

No art. 21, I, a Lei de Responsabilidade Fiscal é clara ao declarar nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda as exigências dos artigos 16 e 17 dessa Lei Complementar, e o disposto no § 1º do artigo 169 da Constituição Federal

Ora, as alterações aqui examinadas proporcionam aumento excessivo no valor da substituição paga aos membros do Ministério Público e possibilitam acumulação dessa parcela remuneratória, "até o limite de 03 (três) substituições", sem, contudo, apresentar o impacto orçamentário na folha de pagamento do Ministério Público e existir prévia dotação orçamentário-financeira para suportá-lo.

Atualmente, por força das alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 69/2006 na Lei Orgânica do Ministério Público Estadual, o valor daquela substituição corresponde a 5% (cinco por cento) do valor dos subsídios do membro do Ministério Público substituído.

Em face da alteração proposta ao § 2º, do art. 86 da Lei Complementar nº 12/93, o valor da substituição será de 15% (quinze por cento) do subsídio do membro do Ministério Público substituído, elevando essa parcela remuneratória em 200% (duzentos por cento).

A alteração proposta ao § 3º, daquele art. 86, possibilita a acumulação de substituição, com um acréscimo de 5% (cinco por cento) por cada Promotoria de Justiça adicional, "até o limite de 03 (três) substituições".

Para se demonstrar o aumento excessivo proporcionado pelas alterações propostas, basta observar que, hoje, o valor do subsídio do Promotor de Justiça de 1ª entrância é de R\$ 15.232,55 (quinze mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), como fixado na Lei nº 9.540/2009.

Então, no momento, o valor da substituição pertinente ao Promotor de Justiça de 1ª entrância corresponde a R\$ 761,62 (setecentos e sessenta e um reais e sessenta e dois centavos).

Contudo, sancionada a Lei, na forma encaminhada, esse valor passará a R\$ 2.284,88 (dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), podendo chegar até R\$ 4.569,76 (quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais e setenta e seis centavos), considerando a possibilidade de acumulação de substituição, com um acréscimo de 5% (cinco por cento) por cada Promotoria de Justiça adicional, "até o limite de 03 (três) substituições" (art. 86, § 3º).



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

Conforme divulgado pela imprensa, o Ministério Público Estadual necessita de, pelo menos, 30 (trinta) novos Promotores de Justiça, o que significa que existem, pelo menos, 30 (trinta) Promotores de Justiça suprimindo essa carência e, por conseguinte, recebendo substituição.

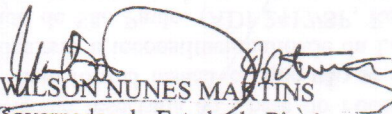
Desta feita, sancionada a Lei, o impacto a ser proporcionado na folha de pagamento dos membros do Ministério Público será superior a R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) ao ano, isto sem considerar que nem todos os Promotores de Justiça substituídos são de 1ª entrância, e, ainda, que a percepção da substituição reflete no pagamento de férias e de gratificação natalina.

Ademais, diuturnamente, a imprensa tem divulgado que o Ministério Público Estadual atravessa sérias dificuldades financeiras, o qual, a propósito, já solicitou suplementação orçamentária e financeira para possibilitar pagamento de credores no exercício financeiro em curso (2010).

Igualmente está sendo divulgado na imprensa que o atual Procurador Geral de Justiça tem adotado medidas saneadoras e para contenção de despesas.

Assim, resta clara a inexistência de dotação orçamentário-financeira do Ministério Público para suportar o aumento no valor da substituição, proporcionado pelas alterações aqui examinadas, sendo evidente a violação à Carta Federal, art. 169, § 1º, I, e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essas, Sr. Presidente, as razões que me levaram a vetar parte deste Projeto, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da augusta Assembléia Legislativa.


WILSON NUNES MARTINS
Governador do Estado do Piauí



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 16/02/11

Oba

Conceição de Maria Luíza Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

para relatar.

Em

Presidente do Conselho de Constituição
e Justiça



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE VETO MENSAGEM no. 48/GG, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010, PROJETO AL Nº 127/11:

“Vetar parcialmente o Projeto de Lei Complementar que Altera a Lei Complementar nº. 12, de 18 de dezembro de 1993 que estabelece as normas de Organização e Funcionamento do Ministério Público do Estado do Piauí, e dá outras providências.”

AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DEP. EDSON FERREIRA (DEM)

I – RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 47, inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir parecer conforme dispõe os arts 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal mencionado.

A proposição faz parte do Processo Legislativo na forma prevista no art. 144 da Constituição Estadual/89, bem como a Lei orgânica do Ministério Público.

Com efeito, é importante salientar que o Projeto de Lei ao qual motivou a mensagem de Veto do Governador foi apresentada a esta Casa no final da gestão do Procurador geral do Ministério Público, sendo que o atual Procurador Geral após tomar posse e efetuar vários levantamentos para a melhoria e eficiência dos trabalhos oferecidos por aquele órgão, entendeu que o aumento da remuneração através de gratificação em cima do subsídio mensal ao qual receberia os promotores quando efetivasse substituições, iria causar um acúmulo que ultrapassaria a previsão orçamentaria prevista para o ano calendário 2011

II – VOTO DO RELATOR

Desta forma, o Ministério Público mesmo possuindo autonomia administrativa e financeira tendo inclusive dotação orçamentária própria, deve obedecer aos princípios norteadores da administração pública, especialmente aos da legalidade, economicidade e eficiência.

Visto e analisado a proposição, observa-se que a mesma encontra-se em consonância com a boa técnica legislativa e sob o aspecto constitucional em perfeita harmonia, posto que o Ministério Público é independente para gerir sua execução orçamentária e a lei da forma que foi aprovada violaria a Lei de Responsabilidade Fiscal especialmente na norma do artigo 16, inciso I e II da referida Lei, uma vez que aumentaria em até 1 (um) milhão de reais acima do orçamento previsto.

() pela aprovação

() pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 12 de abril de 2011.



Dep. EDSON FERREIRA (DEM)
relator

